

Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Geral da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Golegã

Aos vinte e seis dias do mês de julho do ano de dois mil e dezanove, nesta vila da Golegã, na Rua João de Deus, número noventa e sete, reuniram em Assembleia Geral, os Irmãos desta Santa Casa da Misericórdia da Golegã, conforme Convocatória expressamente distribuída para esse efeito, nos termos do disposto N.º 4 do Artigo 22.º do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Golegã, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-

1. Informações – *tomada de conhecimento* -----
2. Proposta de Regulamento Eleitoral - *aprovação* -----
3. Aquisição de prédio urbano sito na Rua Dom Afonso Henriques, n.ºs 103, 105 e 107, freguesia e concelho da Golegã – *apreciação e deliberação*. -----
4. Realização de financiamentos -----
- 4.1. Construção de Edifício Técnico- Administrativo – *autorização* -----
- 4.2. Requalificação do Lar Rodrigo da Cunha Franco – Candidatura Portugal 2020 “ALT20-06-4842-FEDER-000144” – *autorização* -----

Aberta a sessão pelas vinte e uma horas, só veio a funcionar meia hora depois, em virtude de não estar presente a maioria legal dos irmãos inscritos, conforme determina o número um do artigo vigésimo quarto do Compromisso. -----

A Mesa da Assembleia geral foi constituída pelo Presidente Sr. Jaime Manuel Gonçalves Rosa, pelo Secretário, Sr. José António Lopes Tó e pelo Irmão Sr. António Carlos Costa Camilo, por ausência do vogal.-----

De seguida, foi efectuada a chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes 24 Irmãos: António Antunes Bento, António Carlos Costa Camilo, António Duarte Brogueira Barreto, António Manuel Rosa Rodrigues, Bruno Antunes, Cláudio Bento Silva, Custódio Antunes, Franklin Alves Custódio, Henrique Manuel António Cardoso, Jaime Manuel Gonçalves Rosa, João António Galinha Sousa Serra, Joaquim Grácio Morgado, Joaquim Jesus Sousa, Joaquim Jorge Azevedo Maria, Joaquim Passas Vicente Covão, Jorge Manuel da Silva Rodrigues, José António Godinho Lopes, José António Lopes Tó, José Frederico Iria, José Manuel Brogueira Rodrigues Ferreira, Luís Filipe Poço Godinho, Olga Isabel Santana Costa, Patrício Mendes Sustância, Samuel Morgado Barradas. -----

Esteve também presente Dr. António Fernando Galinha, Contabilista Certificado da Santa Casa.-----

De seguida, o Sr. Presidente da Mesa Assembleia Geral deu início à reunião, seguindo a ordem de trabalhos: -----

1. Informações – tomada de conhecimento-----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra ao Sr. Provedor.

Depois de cumprimentar a Assembleia, o Sr. Provedor informou que o Irmão António Manuel Riachos, Vice-Provedor, não pode estar presente por motivo de férias e o Irmão António Silva Lopes, Vogal da Mesa Administrativa, está ausente por estar a acompanhar um grupo da Madeira que está de visita à nossa Instituição. -----

Justificou ainda o fato da realização desta reunião ter ocorrido em período de férias, mas a urgência da deliberação dos assuntos da ordem de trabalhos assim o exigiu. -----

De seguida, fez uma retrospectiva do trabalho desenvolvido nos últimos quatro meses. Referiu que estes meses têm sido sobretudo virados para a reorganização interna dos serviços mas também de aprendizagem, porque apesar de existir algum conhecimento por ter feito parte da Mesa Administrativa e da Assembleia Geral noutros mandatos, o envolvimento em todas as áreas é mais complexo. Destacou ainda a altura conturbada na vida da Santa Casa, com o falecimento do Sr. Ex-Provedor e a ausência da Dr.^a Fernanda Oliveira, Diretora Coordenadora, que se encontra de baixa prolongada, destacando a grande experiência e conhecimento de ambos. No entanto, a Dr.^a Carla Santos, Técnica Superior de Serviço Social, tem vindo a exercer a função de Diretora Técnica interina, realçando o seu esforço e empenho, ela que também estará ainda numa fase de aprendizagem em alguns domínios dos serviços sociais. -----

O Sr. Provedor informou ainda que é intenção da Mesa Administrativa alterar e sistematizar alguns procedimentos de forma a agilizar processos administrativos e de contratação de bens e serviços, introduzindo novos métodos e mais rigor, para que os eles possam ser mais escrutáveis e mais eficientes, considerando que nas auditorias do Revisor Oficial de Contas, o foco é muito colocado no processo e temos que estar preparados, o melhor possível, para responder a qualquer questão ou duvida que nos seja colocada. Um dos pontos onde vamos incidir mais será na aquisição de bens e serviços e relativamente a essa questão foram já dados os primeiros passos, com a adesão à Central de Compras Eletrónicas da CIMLT - -Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo. Esta adesão tem como objetivo realizar aquisições de vários bens e/ou serviços, através da central de compras eletrónica onde existem acordos quadro, depois da realização de concursos públicos, nacionais mas também internacionais. Esta adesão não tem custos nem obrigatoriedade de adesão aos acordos quadro disponíveis. O grande objetivo é o de reduzir gastos e melhorar a eficiência do controlo, desde a decisão de contratar. O Sr. Provedor informou ainda que estas alterações

serão moldadas numa fase inicial com o envolvimento das pessoas afetas aos serviços, nomeadamente as do aprovisionamento.-----

Informou ainda que reuniu com o Sr. Diretor da Segurança Social, Dr. Renato Bento, tendo notado uma alteração de paradigma da intervenção da Segurança Social nas instituições, mais inspetiva e mais imperativa, o que nos poderá acarretar alguns problemas que se prendem essencialmente com a necessidade de adequação de edifícios destinados a ERPIs. Informou ainda que irá lançado em breve um aviso de abertura do programa PARES, sendo que a SCMG está já a diligenciar os projetos necessários para poder responder prontamente assim que o aviso sair. Informou ainda que o Sr. Diretor da Segurança Social está ao corrente da situação e comprometeu-se a valorizar ao máximo a candidatura de modo a resolver o problema do CATEI. -----

Abordou ainda a situação atual dos quadros de pessoal, uma área sensível da Santa Casa, onde a larga maioria dos salários são baixos – salário mínimo nacional – e que a sua subida de cerca de 19% nos últimos três anos “encostou” algumas categorias profissionais, o que tem vindo a provocar algum mau estar generalizado. Além disso, não existe de momento, diferenciação em cada uma das categorias profissionais, por exemplo por antiguidade, o que é também uma questão que merece observação atenta e ação. O desafio orçamental para correção dessas questões é grande, mas está na agenda da Mesa Administrativa.-----

Relativamente aos acordos de cooperação, informou que foi negociado entre a UMP e o Governo da República para o binénio 2019/2020 um aumento de 3.5% para os acordos típicos, o que representa cerca de 19.200,00 €/ano, no caso da Misericórdia da Golegã. Sendo bom, comparativamente com anos anteriores, é, em valor absoluto, uma ajuda muito marginal. -----

Terminada a sua intervenção, o Sr. Provedor questionou a Assembleia se queria intervir nalgum aspeto relacionado com as informações. Considerando que não houve nenhuma intervenção, deu a palavra ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral. -----

2. Proposta de Regulamento Eleitoral - *aprovação* -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral informou que o a proposta de Regulamento Eleitoral foi elaborada e aprovada pela Mesa Administrativa e analisado e corrigido pelo Consultor Jurídico da Instituição. -----

O Sr. Provedor referiu que a razão de trazer este regulamento a aprovação, prende-se com o fato de haver necessidade de tornar o processo eleitoral mais aberto, mais claro e mais escrutável, salvaguardando a igualdade para todos os membros da irmandade, considerando também as eleições para os órgãos sociais, que ocorrerão em dezembro deste ano. Informou ainda que o documento, depois de aprovado, ficará disponível no website da Instituição, para conhecimento e consulta de todos. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral procedeu à leitura da proposta de Regulamento Eleitoral, ponto por ponto. -----

O Irmão António Camilo questionou se no artigo 14º nº4, que refere “*O Irmão eleitor que não tenha condições de autonomia física para exercer o voto pessoalmente, pode fazer-se acompanhar por outro Irmão da sua confiança para o auxiliar no ato de votar*”, a pessoa que acompanhar o Irmão terá mesmo que pertencer à Irmandade.-----

Após análise da questão colocada, a resposta foi afirmativa, não se procedendo à alteração do respetivo artigo. -----

O Irmão Cláudio Silva, questionou se estaria correta a descrição do número de pessoas que terão que compor a lista, nomeadamente para a Mesa Administrativa, que normalmente é composta por sete elementos e no artigo 8º nº3, refere que: “**3. Cada lista deve indicar um número mínimo, de 17 (dezassete) Irmãos, nos termos do Compromisso:****a) 3 (três) Irmãos indicados para a Mesa da Assembleia Geral;****b) 8 (oito) Irmãos indicados para a Mesa Administrativa (sendo 5 efetivos e 3 suplentes);****c) 6 (seis) Irmãos indicados para o Conselho Fiscal (sendo 3 efetivos e 3 suplentes)**”.-----

Após análise do referido artigo, concluiu-se que o mesmo está bem redigido porque diz que o número mínimo são 17, sendo que, os que vierem para além destes apenas poderão integrar a Mesa Administrativa, nos termos do Compromisso.-----

Depois de colocado a votação o Regulamento Eleitoral foi aprovado por unanimidade. -----

3. Aquisição de prédio urbano sito na Rua Dom Afonso Henriques, nºs 103, 105 e 107, freguesia e concelho da Golegã – apreciação e deliberação.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra ao Sr. Provedor para fazer o ponto da situação referente a este assunto. -----

O Sr. Provedor começou por informar que, de acordo com o disposto no Compromisso, cabe à Assembleia Geral autorizar a alienação de património, mas também a sua aquisição. Este processo diz respeito a uma dívida do Sr. Rui Cachado, referente a participações familiares pelo internamento da sua tia Dª Celeste Cachado. Neste momento, o valor a crédito sobre o devedor é de cerca de 10.000.00 €.-----

Em nome da Santa Casa, o Dr. Tiago Cardoso, assessor jurídico, recebeu uma notificação para a Santa Casa se pronunciar acerca do seu interesse em adquirir o imóvel referenciado. A Mesa Administrativa decidiu responder afirmativamente, até porque essa decisão não é vinculativa.-----

O imóvel foi valorizado em cerca de 55.000.00 € e a Misericórdia pode adquiri-lo por 85% do seu valor. Deduzindo o valor da dívida, o montante a pagar pelo imóvel poderia ser um negócio bastante interessante para a Santa Casa. O processo poderá sofrer alterações, mas com a autorização da Assembleia Geral, fica o compromisso verbal da Mesa Administrativa que o negócio só avançará se for realmente vantajoso para a Santa Casa.-----

Colocado o ponto a votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade. -----

4. Realização de financiamentos

4.1. Construção de Edifício Técnico- Administrativo – *autorização*

4.2. Requalificação do Lar Rodrigo da Cunha Franco – Candidatura Portugal 2020 “ALT20-06-4842-FEDER-000144” – *autorização*

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra ao Sr. Provedor. O Sr. Provedor informou que estes financiamentos se tratam de dois processos completamente distintos. -----

Relativamente ao ponto **4.1** - Construção de Edifício Técnico, a obra que se encontra já em curso, tem um orçamento de 330.000.00, acrescido de iva à taxa de 6%, por se encontrar em ARU, o que perfaz o valor total de 34980.00€. O valor considerado no financiamento para autorização é de 440.000.00 € porque é provável que a entidade bancária disponibilize apenas 80% do valor pretendido. Foi feita uma análise cuidada com base nos resultados dos anos anteriores, e concluiu-se que este financiamento irá acarretar um esforço de tesouraria de cerca de 40.000.00 €.-----

O Irmão Franklim Custódio perguntou se o valor da venda da imóvel da ex-secretaria, por 140.000.00 € não teria sido para suportar parte dos custos desta obra. -----

O Sr. Provedor respondeu que inicialmente essa era a ideia, mas parte desse valor foi necessário para os gastos correntes da Instituição, mas que já foram liquidados cerca de 57.000.00 € da obra justamente sustentados em parte do valor dessa venda.-----

O Irmão José Brogueira chamou a atenção de até à data não terem sido necessários financiamentos e que poderá ser um mau precedente para a vida da Instituição. -----

O Irmão António Camilo referiu que considera que com este financiamento poderá ser feita uma boa gestão de tesouraria.-----

Quanto ao ponto **4.2**. Requalificação do Lar Rodrigo da Cunha Franco – Candidatura Portugal 2020 “ALT20-06-4842-FEDER-000144” – ***autorização***

O Sr. Provedor informou que a Santa Casa submeteu uma candidatura para requalificação do Lar Rodrigo da Cunha Franco, que foi aprovada. O projeto tem um valor base de 104.000.00 € acrescido de iva a 6%, e é reembolsado a 85%. Este financiamento é necessário porque terão que ser liquidadas ao empreiteiro e só depois se recebe o reembolso das despesas efetuadas. Sendo assim, este empréstimo é para ir amortizando sempre que se receber cada tranche do Portugal 2020, com um prazo máximo de 3 anos. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral referiu que foi disponibilizado a todos os irmãos uma cópia do competente parecer do Conselho Fiscal e que o mesmo é favorável. De seguida colocou o ponto 4 a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

Não havendo mais nenhum assunto a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia Geral agradeceu a forma como decorreram os trabalhos, encerrando a sessão pelas 23.15 horas, da qual e para constar se lavrou a presente Ata, que vai ser devidamente aprovada e assinada.-----

Jaime Manuel Gonçalves Rosa
Presidente da Mesa da Assembleia Geral

José António Lopes Tó
Secretário da Mesa da Assembleia Geral

António Carlos Costa Camilo